

0. 0 2

**ESTADO DO PARANÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS**

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas

CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212

E-mail: Site:

Solicitação de Compra Nº 14/2023**Data da Solicitação: 24/01/2023**

Solicitante: Paulo Sérgio da Silva

Organograma: 0500000000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Local de Entrega: MUNICIPIO DE CONGONHINHAS

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR

Justificativa: O Código de Transito Brasileiro (CTB) estabelece que seja de competência do Órgão Municipal, a implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização viária. A demarcação viária tem como finalidade organizar o fluxo de veículos e pedestres, fornecendo informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados de modo a aumentar a segurança e fluidez do transito, ordenando o fluxo de trafego em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos. Serve para complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação.

Observações:

Desdobramento:

Fundamento Legal:

Justificativa Valores:

Prazo Execução:

Modalidade:

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unil. Estimado	Preço Total Estimado
1	770102945-1	1,00	SERV.	Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr.	13.500,0000	13.500,00

Preço Total: 13.500,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
179 - 05.001.15.451.0031.2025.3.3.90.30.00	Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Viação	00000- 00000.01.07.00.00.2 .500.0000	13.500,00

Prefeitura Municipal de Congonhinhas
Estado do Paraná
PROTOCOLO
Nº 6012023 Hora: 09:46
Data 26 / 01 / 2023
Mayara F. Dias
Assinatura

Congonhinhas, 24 de Janeiro de 2023.

PAULO SERGIO DA
SILVA:05527483901

Assinado de forma digital por PAULO
SERGIO DA SILVA:05527483901
Dados: 2023.01.24 13:45:31 -03'00'

Assinatura do Responsável

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. Descrição da necessidade**

Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Obras e Viação	Paulo Sérgio da Silva

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no termo de referência.

Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do Município de Congonhinhas no que tange às exigências.

Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação, art. 24 da Lei 8.666/93.

O presente Projeto de Sinalização Viária, deverá contemplar os seguintes serviços:

- Inventário da Sinalização Viária Existente
- Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Viária
- Quantitativo e Orçamento Executivo

O prazo máximo para entrega dos projetos será de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do Contrato.

4. Levantamento de Mercado

Diante dos orçamentos realizados em empresas do ramo, a referência para o valor máximo aceitável, será baseado no menor valor apresentado nas propostas das empresas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS 0- 0 4

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Vale ainda ressaltar que trata de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme disposto no art. 24 da Lei 8.666/93.

5. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Os serviços compreendem os seguintes itens:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr.	Serviço	01

6. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da presente contratação é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666 de 1993, as compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda de economia de escala.

Haja visto que se trata de um Projeto, a qual respeitará um memorial descritivo, bem como demais documentos correlatos e ao que tange o cronograma em questão, uma vez que devida a complexidade da sua realização o detalhamento é feito para a melhor execução.

8. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Na presente demanda não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento da Secretaria requisitante, com o objetivo de manter as atividades diárias desempenhadas.



10. Resultados Pretendidos

Pretende-se com a presente contratação, melhorar o tráfego na sede da cidade, instruindo as pessoas com a sinalização viária.

11. Providências a serem adotadas

Não serão necessárias providências a serem adotadas.

12. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais decorrentes da presente licitação.

13. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

13.1 Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, consideramos viável a contratação, nos termos aqui presentes, através de Pregão Eletrônico.

14. RESPONSÁVEL:

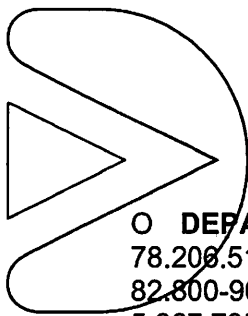
PAULO SERGIO DA
SILVA:05527483901

Assinado de forma digital por
PAULO SERGIO DA
SILVA:05527483901
Dados: 2023.01.24 13:44:12 -03'00'

Paulo Sérgio da Silva
Secretaria Municipal de Obras e Viação

CONVÊNIO N.º 135/2022

**TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO
PARANÁ – DETRAN/PR E O MUNICÍPIO DE
CONGONHINHAS**



O **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ/MF nº 78.206.513/0001-40, com sede na Av. Victor Ferreira do Amaral, 2940, nesta capital, CEP 82.800-900, representado por seu Diretor Geral, Sr. **ADRIANO FURTADO**, RG nº 5.967.795-0 e CPF nº 829.204.609-78, doravante denominado DETRAN/PR e o **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, inscrito no CNPJ/MF nº 75.825.828/0001-88, com sede na Avenida Doutor David Xavier da Silva, nº 266 – Congonhinhas/PR, CEP 86.320-000, neste ato representado pelo Prefeito, **JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES**, RG nº 652.029 e CPF nº 042.099.829-20, doravante denominado MUNICÍPIO, firmam o presente termo, de acordo com processo protocolado sob nº 18.867.669-3, em cumprimento das competências e responsabilidades fixadas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/1997, em especial aos artigos 21, 22, 24 e 25, baseado, ainda, nas Resoluções e Portarias do CONTRAN e DENATRAN aplicáveis à espécie, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Estadual de Licitações nº 15.608/2007; RESOLVEM celebrar o presente termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente tem por objeto a cooperação técnica entre as partes, visando atendimento das obrigações mútuas determinadas pela legislação de trânsito, para o planejamento e a operacionalização da Sinalização Viária Urbana: Horizontal, Vertical e Semafórica, compreendendo contratação de projetos e respectiva execução no Município de Congonhinhas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2.1. Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado n.º 18.867.669-3

2.2. O Plano de Trabalho aprovado poderá ser alterado pelas partes, mediante Termo Aditivo, após manifestação jurídica do órgão competente, desde que não implique em alteração do objeto do Convênio.

2.3. Qualquer alteração deverá ser precedida de parecer técnico elaborado por servidor ou órgão que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES

3.1. Para atingir o objetivo definido neste termo, o **DETRAN/PR**, compromete-se a:

a. Realizar procedimentos necessários para a prestação dos serviços de elaboração

do Projeto Técnico de Sinalização Viária Urbana para o **MUNICÍPIO**, compreendendo a licitação e contratação do Projeto, bem como a liquidação e pagamento à empresa contratada, conforme especificado no plano de trabalho;

b. realizar contratação de empresa especializada na execução do Projeto de Sinalização Viária Urbana, bem como a liquidação e pagamento às empresas contratadas, conforme especificado no plano de trabalho;

c. Revisar e aprovar o Projeto Técnico, bem como o respectivo orçamento, após a revisão por parte do **MUNICÍPIO**;

d. Respeitada a legislação em vigor, contratar pessoa física ou jurídica especializada para assessoramento na certificação e avaliação dos materiais utilizados pela empresa executora dos projetos;

e. Prestar contas deste termo, na parte que lhe couber, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos da legislação pertinente;

f. Promover a capacitação dos servidores do **MUNICÍPIO**, conforme plano de trabalho;

g. Acompanhar e fiscalizar a implantação da sinalização viária prevista no projeto;

h. Demais ações de sua competência de acordo com a previsão legal.

3.2. Para atingir o objetivo definido neste termo, o **MUNICÍPIO**, compromete-se a:

a. Utilizar a sinalização implantada para fins exclusivos de manutenção e operacionalização do Sistema de Sinalização Viária a ela jurisdicionada;

b. Dar subsídios técnicos necessários para o responsável pela elaboração de projetos, revisar e aprovar o Projeto Técnico, bem como o respectivo orçamento antes do envio ao **DETRAN/PR**;

c. Responsabilizar-se pela manutenção e a conservação permanente da sinalização executada por força deste termo, garantindo a salvaguarda dos materiais implantados;

d. Acompanhar e fiscalizar a implantação da sinalização viária prevista no projeto em todas as etapas.

e. Comunicar imediatamente ao **DETRAN/PR** qualquer divergência na execução dos serviços de que trata este convênio;

f. Não efetuar alterações que não sejam autorizadas expressamente pelo **DETRAN/PR**;

g. Designar 02 (dois) servidores de seu quadro para acompanhar a realização dos serviços na função de GESTOR/SUPLENTE do presente termo;

h. Disponibilizar os servidores designados, para treinamento por um período mínimo

de 30 horas/aula, de acordo com a convocação a ser enviada pelo **DETRAN/PR**;

i. Fornecer as Bases Cartográficas do **MUNICÍPIO**;

j. Prestar contas deste termo, na parte que lhe couber, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos da legislação pertinente;

k. Demais ações de sua competência de acordo com a previsão legal.

3.3. Compete ao **DETRAN/PR** e ao **MUNICÍPIO** comunicar à respectiva Casa Legislativa, sobre a realização desse convênio, em atenção ao disposto no art. 116, §2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – REPASSES

4.1. O presente instrumento não prevê qualquer repasse de recursos financeiros pelo **DETRAN/PR**, que assumirá a obrigação de contratar os serviços de elaboração do projeto técnico de sinalização viária urbana, se necessário, bem como contratação de empresa para a respectiva execução.

4.2. O **MUNICÍPIO** transferirá recursos financeiros a título de contrapartida, conforme definido no Plano de Trabalho, observado o disposto na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1. O valor para a execução das atividades previstas no presente termo, é de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), que será aplicado na elaboração do projeto técnico de sinalização viária urbana para o **MUNICÍPIO** e respectiva execução, conforme orçamento de fls.02

5.2. O efetivo pagamento às empresas contratadas, seja na elaboração dos projetos, quando necessário, ou na sua execução, será feito pelo **DETRAN/PR** e precedido de fiscalização e atesto deste e do **MUNICÍPIO**.

5.3. A despesa por parte do **DETRAN-PR** correrá pela Fonte 254.

5.4. O **MUNICÍPIO** arcará, com o custo fixo de 1% (porcento) do valor deste termo, a título de contrapartida, em única parcela mediante transferência bancária para conta específica, de titularidade do **DETRAN-PR**, nº 12.818-X, da agência 3793-1, do Banco do Brasil, vinculada a esse convênio

5.5. Os valores da contrapartida repassados em decorrência do presente convênio, deverão ser utilizados exclusivamente para as despesas com as contratações dos serviços e/ou projetos de sinalização viária urbana – horizontal, vertical e semafórica, para o **MUNICÍPIO** conveniente. Ainda, os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo **DETRAN-PR** em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

5.6. Os rendimentos dessa aplicação não utilizados, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO** conveniente.

CLÁUSULA SEXTA – OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O acompanhamento e fiscalização do termo consistirá na realização de relatórios, inspeções e visitas, a fim de emitir parecer técnico sobre a execução do termo, bem como, parecer técnico conclusivo sobre a satisfatória realização do objeto do convênio, conforme detalhamento do item IV do Plano de Trabalho.

6.2. Designa-se, conforme Portaria nº 362/2022-COAD-DG, a servidora Vera Maria Ventura de Pina, RG nº 1.436.820-5 e CPF nº 451.339.059-04, para atuar como **gestora**, e a servidora Vanessa Sanae Iwamoto, RG nº 8.164.705-4 e CPF nº 032.550.879-88, para atuar como **fiscal** deste **DETRAN-PR**, de acordo com o Plano de Trabalho estabelecido, ao qual caberá avaliar e certificar os materiais e serviços, podendo, em apoio, valer-se de assessoramento por pessoa física ou jurídica especializada, eventualmente contratada para esse fim.

6.3. Por parte do **MUNICÍPIO**, a gestão do presente termo ficará a cargo do servidor Luiz Fernando Biaggi Ferri, RG nº 10.709.030-4 e CPF nº 084.629.739-61

6.4. O(a) gestor(a) anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. As partes, obrigam-se a efetuar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com relação aos recursos utilizados para a execução do presente Termo, conforme legislação e regulamentação estabelecida pelo órgão de controle externo.

CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

8.1. Após a assinatura do Termo de Convênio e indicação dos gestores por parte do **MUNICÍPIO**, o **DETRAN/PR** realizará um treinamento de 30 horas, divididos em etapas de no mínimo 4 horas, conforme definido no Plano de Trabalho. Cabe ao **DETRAN/PR** acompanhar a contratada para elaboração de projetos devendo definir as diretrizes junto ao Prefeito Municipal e também subsidiar o Prefeito na aprovação do referido projeto.

8.2. O **DETRAN/PR** realizará contratação de empresa especializada em elaboração do Projeto de Sinalização Viária Urbana, conforme diretrizes do Plano de Trabalho. A elaboração dos projetos ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do respectivo contrato.

8.3. O **DETRAN/PR** realizará contratação de empresa especializada na execução do Projeto de Sinalização Viária Urbana. A execução do projeto ocorrerá num prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da ordem de serviços.

8.4. A vigência do presente Termo de Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, e inicia-se na data da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná - DIOE.

CLÁUSULA NONA – DENUNCIA E RESCISÃO DO CONVÊNIO

9.1. Este convênio poderá ser:

- a) denunciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;
- b) rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - I. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
 - II. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
 - III. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial

9.2. Com a denúncia ou rescisão do convênio deve ser acompanhada da devida prestação de contas, com atenção especial para o ressarcimento dos recursos investidos pelo **DETRAN/PR** na contratação do Projeto Técnico de Sinalização Viária Urbana e respectiva execução, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

9.3. Caso não haja o ressarcimento dos valores investidos deve-se instaurar a Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sem prejuízo da comunicação ao TCE/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÕES

10.1. É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do ato e responsabilização do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

- a) previsão de pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao conveniente;
- b) transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;
- c) é vedado o aumento do valor do convênio, salvo se ocorrer ampliação do objeto, justificado pela parte requerente e previamente aprovado por ambas as partes, do projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo, conforme Art. 37, inciso V, da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias, em observância da legislação já mencionada no *caput* do presente instrumento e demais diplomas legais aplicados à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICIDADE

12.1. A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pelo DETRAN/PR, na forma do Art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

12.2. O DETRAN/PR e o MUNICÍPIO deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir "link" em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas com o presente termo, renunciando as partes a qualquer outro.

E por estarem de comum acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas.

Curitiba, datado eletronicamente.

Adriano Furtado
Diretor Geral do DETRAN/PR

José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito de Congonhinhas

Carla Cristina Filus
Diretora Administrativa e Financeira
do DETRAN/PR

Luiz Fernando Biaggi Ferri
Gestor pelo Município de
Congonhinhas

Vera Maria Ventura de Pina
Gestor pelo DETRAN-PR

Vanessa Sanae Iwamoto
Fiscal pelo DETRAN-PR

Documento: **135.2022CONGONHINHASSINALIZACAOVIARIAPROJETOEXECUCAO18.867.6693.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Jose Olegario Ribeiro Lopes** em 24/06/2022 08:28, **Adriano Marcos Furtado** em 28/06/2022 22:35.

Assinatura Avançada realizada por: **Vera Maria Ventura de Pina** em 24/06/2022 08:54, **Vanessa Sanae Iwamoto** em 24/06/2022 11:30, **Carla Cristina Filus** em 28/06/2022 09:16.

Assinatura Simples realizada por: **Luiz Fernando Biaggi Ferri** em 24/06/2022 10:33.

Inserido ao protocolo **18.867.669-3** por: **Marina Ferreira da Silva** em: 23/06/2022 19:10.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1311834eeee950d263ba98b420aa5b07.

PROPOSTA COMERCIAL

Nº PC 058/NOV 2021

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS
OBRA/SERVIÇO: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO DETRAN/PR

OBRA/SERVIÇO: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO DETRAN/PR

LOCAL/APLICAÇÃO: CONGONHINHAS/Pr.

Ana Célia

Prefeitura Municipal de Congonhinhas

administração@congonhinhas.pr.gov.br

1.0 Objeto

A proposta a seguir sumariza a estimativa da GASINI quanto à contratação de empresa especializada em engenharia de tráfego para elaboração de Projeto de Sinalização Viária para o município de Congonhinhas.

A elaboração do projeto de Sinalização Viária contempla os seguintes serviços:

a) Inventário da Sinalização Viária Existente

Realização de levantamento e cadastramento da sinalização viária existente (vertical, horizontal, dispositivos auxiliares e sinalização semafórica – caso exista), bem como sua localização em projeto. Deve ser acompanhado de um inventário (relatório) fotográfico da situação encontrada no local, incluindo ainda uma descrição da condição atual da circulação viária existente (vias com sentido único de circulação, vias preferenciais, vias com estacionamento proibido, vias com vagas de carga e descarga, rotas de caminhões, entre outros).

b) Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Viária

O projeto executivo de sinalização viária deverá contemplar: Sinalização Horizontal; Sinalização verticais e dispositivos auxiliares; devendo estar em acordo com a legislação vigente.

c) Quantitativo e Orçamento executivo

Serão entregues planilhas de quantitativo da sinalização, bem como orçamento executivo. Esses terão como base a planilha de custos referencial elaborada pelo DETRAN/PR. Em caso de inexistência do material necessário, poderá ser utilizadas Tabela SCO/RJ (Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia); - Tabela DER/PR; - Tabela DNIT/SICRO.

2.0 Custos

R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)

O valor total da proposta já contempla os custos de gerenciamento e coordenação técnica, administrativo, impostos e ART.

O pagamento deverá ser realizado por depósito em conta corrente conforme dados abaixo:

- **MARCHESINI E GAVA LTDA | BANCO DO BRASIL – AG: 3284-0 – CC: 100.008-X**

3.0 Prazos de Execução e Forma de Pagamento

Após o aceite da proposta, a empresa Gasini realizará os serviços no prazo Máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para entrega do projeto final de sinalização viária.

Sendo assim colocamo-nos ao inteiro dispor para esclarecer qualquer questão que surja no decorrer da negociação desta proposta.

Atenciosamente,

Maringá, 16 de Novembro de 2021



Bárbara Andréa Marchesini

Responsável Técnica

GASINI – PROJETOS, CONSULTORIA E TREINAMENTOS

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17

SEXTA LTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

NIRE: -41206193398-

BARBARA ANDREA MARCHESINI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, engenheira civil, nascida em 14/06/1979 na cidade de Maringá-Pr., residente e domiciliada em Maringá-Pr., a Rua Joaquim Mendes Sobrinho, 30 Vila Progresso, CEP: 87080-025, portadora da cedula de Identidade RG. Sob numero: 6.537.025-5 expedida pelo I.I/Pr., e do CPF/MF sob numero: 024.756.419-24 e ANDRE RAMOS GAVA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em: 20/11/1981, na cidade de São Paulo-Sp., residente e domiciliado em Maringá-Pr., a Rua Joaquim Mendes Sobrinho, 30 CEP: 87080-025 CEP: 87080-025., portador da cedula de Identidade RG. Sob numero: 32.138.633-4 expedida pelo I>I/SP., e do CPF/MF sob numero: 296.345.548-81., UNICOS SOCIOS DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, QUE GIRA SOB O NOME EMPRESARIAL DE: MARCHESINI & GAVA LTDA-ME., com sede e foro sito a Rua Joaquim Mendes Sobrinho, 30 CEP: 87080-025, Vila Progresso em Maringá-Pr., com registro na JUCEPAR SOB NUMERO: -41206193398- em 14/05/2008 e sua ultima alteração de contrato sob numero: 20153993928- em 23/06/2015 e INSCRITO NO CNPJ/MF SOB NUMERO: -09.570.293/0001-17-., RESOLVEM ASSIM ALTERAR O SEU CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES POSTERIORES, conforme clausulas e condições abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA: O sócio ANDRE RAMOS GAVA, que possui inteiramente integralizado na sociedade 160.000 (Cento e Sessenta Mil) cotas de R\$: 1,00 (Um Real) cada uma, no montante de R\$: 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), vende de forma onerosa, cedendo e transferindo suas quotas pelo valor nominal ao Sr. GUILHERME BONAZIO FERREIRA, brasileiro, solteiro, maior, nascido na cidade de Mogi das Cruzes/Sp., em: 21/02/1994, empresário, portador da cedula de Identidade Rg. Sob numero: -13.047.849-2 expedida pelo I.I/Pr., e do CPF/MF sob numero: 092.629.999-92., residente e domiciliado a Rua Pioneira Rosa Portela da Silva, 687 CEP. 87070-660 Jardim Montreal na cidade de Maringa-Pr., o qual ingressa pelo presente na sociedade.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
PROTOCCLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904350456. NIRE: 41206193398.
MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

The following information was obtained from the records of the [redacted] Department of the Interior, Bureau of Land Management, regarding the [redacted] land grant.

[The remainder of the page contains extremely faint, illegible text.]

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

SECRET

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
 CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17
 SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO
 SOCIAL
 NIRE: -41206193398-

CLAUSULA SEGUNDA: Em decorrência da presente ALTERAÇÃO o CAPITAL SOCIAL NO VALOR DE R\$: 320.000,00 (Trezentos e Vinte Mil Reais), divididos em 320.000 (Trezentos e Vinte Mil) quotas de R\$: 1,00 (Um Real), cada uma, fica assim distribuídas entre os SOCIOS:

SOCIOS	QUOTAS	CAPITAL
BARBARA ANDREA MARCHESINI	160.000	R\$: 160.000,00
GUILHERME BONAZIO FERREIRA	160.000	R\$: 160.000,00
TOTAL:	320.000	R\$: 320.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: O sócio ingressante declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em LEI que o impeça de exercer atividades empresariais.

CLAUSULA QUARTA: Fica ALTERADO a denominação empresarial que era: "MARCHESINI & GAVA LTDA" para "MARQUESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA"

CLAUSULA QUINTA: A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o ARTIGO. 2.031, da LEI NUMERO: 10.406/2002, os SOCIOS RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as CLAUSULAS CONTIDAS no contrato primitivo que, adequado as disposições da referida LEI NUMERO: 10.406/2002, APLICAVEIS a este tipo SOCIETARIO, passa a ter a SEGUINTE REDAÇÃO:

MARQUESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
 CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17

SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
 PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11904350456. NIRE: 41206193398.
 MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

03

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

NIRE: -41206193398-

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17

NIRE: -41206193398-

CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

BARBARA ANDREA MARCHESINI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, engenheira civil, nascida em 14/06/1979 na cidade de Maringá-Pr., residente e domiciliada em Maringá-Pr., a Rua Joaquim Mendes Sobrinho, 30 Vila Progresso, CEP: 87080-025, portadora da cédula de Identidade RG. Sob numero: 6.537.025-5 expedida pelo I.I/Pr., e do CPF/MF sob numero: 024.756.419-24 e GUILHERME BONAZIO FERREIRA, brasileiro, solteiro, maior, nascido na cidade de Mogi das Cruzes/Sp., em 21/02/1994, empresário, portador da cédula de Identidade Rg. Sob numero: -13.047.849-2- expedida pelo I.I/Pr., e do CPF/MF sob numero: -092.629.999-92-., residente e domiciliado a Rua Pioneira Rosa Portela da Silva, 687, Jardim Montréal na cidade de Maringá-Pr., UNICOS SÓCIOS DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, QUE GIRA SOB O NOME EMPRESARIAL DE: MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA., com sede e foro sito a Rua Joaquim Mendes Sobrinho, 30 CEP: 87080-025, Vila Progresso em Maringá-Pr., com registro na JUCEPAR SOB NUMERO: -41206193398- em 14/05/2008 e sua ultima alteração de contrato sob numero: - 20153993928- em 23/06/2019., e INSCRITO NO CNPJ/MF SOB NUMERO: - 09.570.293/0001-17-.. RESOLVEM ASSIM ALTERAR O SEU CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES POSTERIORES, conforme as clausulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade GIRA sob o nome empresarial de: MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA., com sede e foro sito a Rua Joaquim Mendes Sobrinho, 30 CEP: 87080-025 Vila Progresso na cidade de Maringá-Pr.

PARAGRAFO UNICO: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904350456. NIRE: 41206193398.
MARCHESINI, SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
 CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17
 SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
 NIRE: -41206193398-

CLAUSULA SEGUNDA: OS OBJETOS ECONOMICOS SÃO: Prestação de Serviços de Engenharia, Projetos de Sinalização Viária Vertical, Projetos de Sinalização Viária Horizontal, Projeto de Sinalização Semafórica, Programação e Simulação Semafóricas, Programação e Simulação de Tráfego, Elaboração de Planos, Projetos e Análises de Sinalização Estratégicas, Elaboração de Planos, Projetos e Análises de Sinalização Indicativa, Elaboração de Planos, Projetos e Análises Turística, Consultoria na área de Gestão de Sistema e Tráfego, Elaboração de Planos, Projetos e Análises de Impactos de Vizinhança, Elaboração de Planos, Projetos, Análises, Avaliação e Estudos para Operação de Sistema de Fiscalização Eletrônica e Estacionamento, Operação de Equipamentos de Fiscalização de Tráfego de quaisquer espécie, Administração e Operação de Estacionamento Rotativo, Público e Privado, Treinamento na área de Tráfego e Meio Ambiente, Preparação de Documentos e Serviços de Apoio Administrativo, Serviços de Desenhos Técnicos relacionados a Arquitetura, Engenharia, Serviços de Arquitetura e Serviços de Perícia Técnica relacionadas a Segurança do Trabalho, Elaboração de Planos e Projetos de Urbanização, Projetos de Interiores, Projetos Paisagísticos, Projetos e Estudos Ambientais, Execução de obras Rodoviárias, Predial e Sinalização Vertical Horizontal de Vias Urbanas e Rodovias, Locação de Equipamentos, Serviços de Topografia, Cartografia e Geodésia, Administração de Obras, Elaboração de Planos de Mobilidade, Elaboração de Planos Diretores.

CLAUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da SOCIEDADE e por tempo indeterminado, tendo INICIADO suas atividades em: 14/05/2008.

CLAUSULA QUARTA: Em decorrência da presente alteração O CAPITAL SOCIAL no valor de R\$: 320.000,00 (Trezentos e Vinte Mil Reais), divididos em 320.000 (Trezentos e Vinte Mil) quotas, de R\$: 1,00 (Um Real) cada uma, INTEGRALIZADAS EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, ficam assim distribuídas entre os SOCIOS:



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
 PROTOCCLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11904350456. NIRE: 41206193398.
 MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BITSCATA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 18/09/2019
www.empresaefacil.pr.gov.br

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS TDA
 CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17
 SEXTA LTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
 NIRE: -41206193398-

SOCIOS	QUOTAS	CAPITAL
BARBARA ANDREA MARCHESINI...	160.000	R\$: 160.000,00
GUILHERME BONAZIO FERREIRA...	160.000	R\$: 160.000,00
TOTAL:	320.000	R\$: 320.000,00

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos responderão SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO do CAPITAL SOCIAL.

CLAUSULA SEXTA: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da sociedade, consoante o Artigo 997, inciso VIII, da Lei 10.406/2002.

CLAUSULA SETIMA: A exclusão de sócios, ainda que implique em alterações contratuais, poderão ser tomadas pelos sócios que representem a maioria absoluta do capital social da sociedade, consoante a faculdade deferida pelo Artigo, 1085 PARAGRAFO ÚNICO da LEI: 10.406/2002.

CLAUSULA OITAVA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro SOCIO, a quem fica assegurado em igualdade de CONDIÇÕES E PREÇO, o direito de preferência para a sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA NONA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando o preço,



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
 PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11904350456. NIRE: 41206193398.
 MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
 CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17
 SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
 NIRE: -41206193398-

forma e prazo de pagamento, para que este através dos sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que devera fazer dentro de 60 (Sessenta) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes, decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas para terceiros.

CLAUSULA DECIMA: Em suas deliberações, os sócios adotarão preferencialmente a forma estabelecida nos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1072 da Lei 10.406/2002.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: As alterações societárias cisão, fusão, incorporação e/ou transformação societária, obedecerão ao que prescreve o Artigo 1.053, Parágrafo Único da Lei: 10.406/2002.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: DECLARAMOS sob as penas da lei, que a empresa se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da LEI 123/2006 de 14/12/2006.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: A designação de pessoas não sócia para a ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, obedecera ao disposto no Artigo 1061 da Lei 10.406/2002.

CLAUSULA DECIMA QUARTA: O ADMINISTRADOR declara, sob as penas da LEI de que não esta impedido de exercer a ADMINISTRAÇÃO da sociedade por lei especial, ou por se encontrar sob os efeitos dela, pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes falimentares de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, Fe publica ou a propriedade.

CLAUSULA DECIMA QUINTA: A administração da sociedade



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
 PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11904356456. NIRE: 41206193398.
 MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL RISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

07

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17

SEXTA LTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE: -41206193398-

cabera a sócia: BARBARA ANDREA MARCHESINI, com poderes e atribuições de SOCIA ADMINISTRADORA os quais compete privativa e individualmente o USO da firma e a representação ATIVA e PASSIVA, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo lhe, entretanto vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao OBJETO SOCIAL, especialmente a prestação de avais, endosos, fianças ou caução de favor.

CLAUSULA DECIMA SEXTA: Pelos serviços que prestarem a sociedade perceberão os sócios a título de remuneração PRO LABORE, a quantia mensal fixada em comum acordo com os demais sócios, a qual será levada a conta de despesas gerais.

CLAUSULA DECIMA SETIMA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o ADMINISTRADOR prestara contas justificadas de sua ADMINISTRAÇÃO, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas APURADOS.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Mediante balancetes especiais os resultados poderão ser distribuídos, mensal, trimestral ou anualmente.

PARAGRAFO SEGUNDO: Os prejuízos serão mantidos em conta especial para compensações com resultados futuros.

CLAUSULA DECIMA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão ADMINISTRADORES quando for o caso.

CLAUSULA DECIMA NONA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os sócios



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747753.
PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904350456. NIRE: 41206193398.
MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
 CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17
 SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
 NIRE: -41206193398-

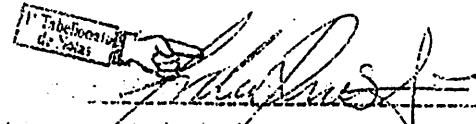
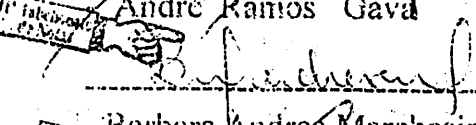
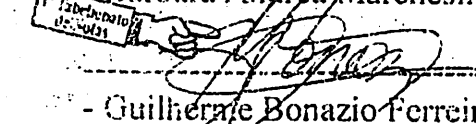
remanescentes, ou em havendo a aprovação do mesmo com os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou interditado, não havendo a aprovação por parte dos sócios remanescentes, ou inexistindo interesse por parte dos herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou interditado, o valor de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO UNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolvas em relação a seus haveres.

CLAUSULA VIGESSIMA: Permanece eleito o foro da comarca de Maringa-Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

- E, por estarem assim justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento de ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL em 01 (uma) ÚNICA VIA, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

- Maringa-Pr., 09 de setembro de 2019.


 Andre Ramos Gava

 Barbara Andrea Marchesini

 - Guilherme Bonazio Ferreira



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
 PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11904350456. NIRE: 41206193398.
 MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 18/09/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

TABELIONATO DE NOTAS
-RUBEN DE AMORIM SALES - TABELIÃO
Av. Brasil, 3801 - Maringá-PR

Em 02 de Maio de 2019, às 16:17 horas, compareceram ao Tabelionato do Notário os signatários abaixo:

CPF: 0251-BARBARA ANDREA MARCHESINI....
CPF: 0451-ANDRE RAHOS DA SILVA.....
CPF: 0340-GUILHERME DOMINGOS FERREIRA....
Pelo forma VERDADEIRA.

DPL 0272034

Eu, testemunha, declaro a verdade.
Maringá, 12 de Setembro de 2019.

DRA. DAIANE LOPES DA COSTA
ECONOMISTA INDICADA
FUNDAPEN - SELD DIGITAL
RG: 10.000.000 / NHT - BAIXO . RUT2U
Vale a pena assinar em
<http://www.funraagn.cob.br/>



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2019 10:52 SOB Nº 20195747755.
PROTOCOLO: 195747755 DE 12/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904350456. NIRE: 41206193398.
MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETARIO-GERAL
CURITIBA, 18/09/2015
www.empresafacil.pr.gov.br

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Nome
BARBARA ANDREA MARCHESINI

Data do Registro no Crea-PR
18/08/2003

Título Profissional
ENGENHEIRA CIVIL

Registro Nacional
17940767
Data de Emissão
07/07/2014

Presidente do Conselho

Presidente do Crea-PR

Esta Carteira Profissional é emitida em todo o território Nacional e tem a mesma validade e é aceita em todo o Brasil.

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Cria de Registro
CREA-PR

Nome
BARBARA ANDREA MARCHESINI

Filiação
MARIA APARECIDA MARCHESINI
NÃO POSSUI O NOME DO PAI NO REGISTRO

Nascimento
14/06/1979

CPF
024.756.419-24

Dos de Identidade
6.537.025-5 33P/PR

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
MARINGÁ PR

Tipo Sang.
O+

Título de Eleitor
068297920604

PIS/PASEP

Barbara
Assinatura do Profissional

Esta Carteira Profissional é emitida em todo o território Nacional e tem a mesma validade e é aceita em todo o Brasil.

[The page contains extremely faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the document.]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.570.293/0001-17

Certidão nº: 33267065/2022

Expedição: 03/10/2022, às 14:42:33

Validade: 01/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.570.293/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.570.293/0001-17
Razão Social: MARCHESINI SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
Endereço: R JOAQUIM MENDES SOBRINHO 30 / VILA PROGRESSO / MARINGA / PR / 87080-025

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2023 a 02/02/2023

Certificação Número: 2023010401523110017001

Informação obtida em 05/01/2023 13:59:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**
CNPJ: 09.570.293/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:48:37 do dia 01/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/04/2023.

Código de controle da certidão: **119D.3AD9.F240.57B8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

04 129

Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa Nº 453968/2022

Certificamos, conforme requerido por **MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**, CPF/CNPJ nº **09.570.293/0001-17**, para fins **DE LICITAÇÃO**, que **CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**, CPF/CNPJ nº **09.570.293/0001-17**, situado(a) na cidade de Maringá **MAS QUE SE ENCONTRAM COM A EXIGIBILIDADE SUSPensa EM RAZÃO DO PROCESSO Nº 43747/2022.**

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Emitida em: **11/11/2022**

Válida até: **09/02/2023**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

Código de Autenticação: **6320695D606BCBA7B906D23EA77C04D3**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: <http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portal-contribuinte>



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 028784824-55

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 09.570.293/0001-17

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/04/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO

0. 030

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa, s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA



Número: 202211291234358300098

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço: <http://www.distribuidormaringa.com.br>

**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT ****, Distribuidor e anexos da
Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o
Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a
INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

CNPJ: 09.570.293/0001-17

Observações:

Não Há.

*** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos. ***

*** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a). ***

*** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. ***

*** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 38,15 = 155 VRC - R\$ 0,76 = ISSQN 2% ***

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 29 de novembro de 2022.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.570.293/0001-17 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/05/2008	
NOME EMPRESARIAL MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GASINI PROJETOS CONSULTORIA E TREINAMENTOS					PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R JOAQUIM MENDES SOBRINHO		NÚMERO 30	COMPLEMENTO *****		
CEP 87.080-025	BAIRRO/DISTRITO VILA PROGRESSO	MUNICÍPIO MARINGÁ		UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 3268-2991			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2008		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/01/2023 às 09:10:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Joinville, 20 de janeiro de 2023

A

Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Prezados Senhores:

Atendendo a vossa solicitação, a VIA 11 Consultoria, Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana Ltda., portadora do CNPJ 03.427.492/0001-94, vem pelo presente documento apresentar proposta de serviço conforme solicitado e descrito a seguir.

ESCOPO DOS SERVIÇOS

Elaboração de Projeto Técnico de Sinalização Viária Urbana.

Os serviços compreenderão:

- ☒ Sinalização vertical:
 - ☒ Cadastro da sinalização existente.
 - ☒ Projeto de sinalização vertical.
 - ☒ A localização e a diagramação dos sinais (placas) atendendo as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e suas Resoluções.
 - ☒ As especificações técnicas e um orçamento estimativo (preços de mercado) para a implantação dos sinais.
- ☒ Sinalização horizontal:
 - ☒ Cadastro da sinalização existente.
 - ☒ Os padrões de sinalização a serem adotados nas diversas situações.
 - ☒ As especificações técnicas e um orçamento estimativo (preços de mercado) para a implantação da sinalização horizontal.
- ☒ Acessibilidade:
 - ☒ Os padrões de acessibilidade para atendimento a NBR 9050 da ABNT com a respectiva sinalização.

VIA 11 Consultoria, Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana Ltda.

CNPJ 03.427.492/0001-94

Rua Coronel Santiago, 400 sala 09 – 89203-560 – Joinville (SC)

Telefone/fax: (47) 3433-6007

www.via11.com.br

e-mail: via11@via11.com.br



A administração municipal deverá disponibilizar um mapa editável da área urbana.

CUSTO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

Para os serviços acima descritos propomos um valor global de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) a ser pago em duas parcelas, sendo a primeira decorridos trinta dias do início dos serviços e a segunda parcela na conclusão dos serviços.

PRAZO DE EXECUÇÃO

Propomos um prazo de até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos serviços.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Sem mais para o momento e a disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários através dos telefones (47) 3433-6007 com Paulo ou Edson, (47) 9 8826-0404 com Paulo ou através do e-mail via11@via11.com.br ou paulo@via11.com.br.

Atenciosamente


Via 11 Consultoria, Estudos e
Projetos de Mobilidade Urbana Ltda



Consultran
ENGENHARIA

CARTA PROPOSTA



Para
Prefeitura Municipal de Congonhinhas, PR
Sr. Marcelo H. Shimysu
Congonhinhas, PR

Ref.: Elaboração de Projeto de Engenharia de Sinalização Viária nos moldes do padrão habitualmente conveniado com o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN-PR, para a cidade de Congonhinhas, PR.

Prezados Senhores,

Consultran Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ 12.232.767/0001-25, localizada na Rua 1500, n. 914, Centro, CEP 88330-526, Balneário Camboriú, SC, vem pela presente apresentar sua PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL para Elaboração Projeto de Engenharia de Sinalização Viária nos moldes do padrão habitualmente conveniado com o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN-PR, para a cidade de Congonhinhas, PR.

1. PROPOSTA TÉCNICA

1.1 Objetivos

A presente proposta tem como escopo atender o seguinte objetivo:

- a) Realização de Projetos de Sinalização Viária Horizontal e Vertical (Advertência e Regulamentação) conforme escopo padrão adotado pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR visando aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e aquele órgão estadual de trânsito que pretende sinalizar a cidade em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos.

1.2 Identificação do local

Os projetos se desenvolverão no sistema viário pavimentado da cidade de Congonhinhas, Pr.

1.3 Aprovações junto ao DETRAN-PR

Todos os projetos, estudos e documentos técnicos que integram a presente proposta visam sua aprovação no Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR, a fim de validar o convênio daquele órgão estadual com a Prefeitura e caracteriza contrapartida financeira suportada pela municipalidade.

1.4 Levantamento de Dados Primários e Secundários

1.4.1 Apresentação de Dados do DETRAN-PR

Preliminarmente, a Prefeitura municiará a Contratada de mapa digital editável, (extensão .dwg) sobre o qual será desenvolvido os trabalhos. A delimitação das calçadas (linhas de muro) e demarcação de guias rebaixadas, se disponíveis, aumentam a qualidade do projeto a ser entregue. No presente escopo não se inclui cadastro e nem levantamento topográfico.

Em única vistoria técnica feita como fase inicial dos trabalhos, o engenheiro da Proponente fará levantamento em campo da sinalização existente, caracterizando aquelas que precisam ser mantidas, retiradas ou colocadas.

Nesta ocasião, caso haja interesse em alguma intervenção pontual de sinalização por parte da Prefeitura, é o momento de manifestar esta necessidade de forma a evitar retrabalhos.

Estudos de tráfego e análises de engenharia não contemplam escopo da presente proposta e poderão ser feitos mediante negociação e pactuação prévia de valores.

1.5. Reuniões e reembolso de despesas

O presente orçamento considerou uma vistoria técnica feita in loco, quando poderá ser realizada reunião com os representantes da Prefeitura, e uma reunião com a equipe técnica do Detran-PR para entrega do material técnico produzido.

Eventuais reuniões extras necessárias serão agendadas previamente e deverão ser remuneradas à base do valor atualizado da Hora Técnica atualmente estabelecido em R\$220,00 (Duzentos e vinte reais). O tempo dispendido no preparo de tais reuniões e/ou apresentações será remunerado na mesma base e, para os casos de reuniões presenciais, considera-se o tempo gasto desde a saída do escritório da proponente até seu retorno a este. Em caso de pernoite, o tempo entre o final do expediente de trabalho em deslocamento (costumeiramente, às 18h00, cabendo mudanças justificadas) e o reinício das atividades na manhã seguinte (costumeiramente, às 08h00, cabendo mudanças justificadas) não serão computadas.

Nos casos excedentes, todas as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem serão reembolsadas mediante apresentação dos comprovantes das despesas.

3. PROPOSTA COMERCIAL

2.1. Quantitativo e Preços

PROJETO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL (REG. E ADV.) E HORIZONTAL DE CONGONHINHAS, PR

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	PROJETOS DE ENGENHARIA			
1.1	Projeto de Sinalização Vertical (Regulamentação e Advertência) e Sinalização Horizontal	01 vb	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00
VALOR TOTAL				R\$ 16.500,00

Notas:

1- A presente proposta considera a realização de todos os trabalhos nela constantes, não caracterizando o preço para contratação de itens fracionados.

2.2. Prazo de execução: 12 (doze) semanas a contar da vistoria técnica feita depois da entrega do mapa digitalizado pela municipalidade.
(a aprovação não está contemplada neste prazo, já que depende dos órgãos)

2.3. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

2.4. Pagamento: 30% na vistoria inicial;
40% na entrega dos projetos;
30% na aprovação dos Projetos pelo DETRAN-PR



2.5. Dados Cadastrais:

Razão Social: Consultran Engenharia Ltda.

CNPJ: 12.232.767/0001-25

Banco: Sicoob Maxicrédito (N. 756)

Agência: 3069

Conta Corrente: 131.493-9

Balneário Camboriú, 19 de janeiro de 2023.

De acordo:

EMERSON DIAS

GONCALVES:8544392199

1

Assinado de forma digital por

EMERSON DIAS

GONCALVES:85443921991

Dados: 2023.01.19.15:36:43 -03'00'

Consultran Engenharia Ltda.

Eng. Emerson Dias Gonçalves

Diretor - CREA-SC 47.471-8

Nome:

CPF:

Cargo:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA DE LICITAÇÃO SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Secretaria Municipal de Obras e Viação

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr.	639	Serviços	1	13.500.00	13.500.00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Global*.

1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece que seja de competência do Órgão Municipal, a implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização viária.

A demarcação viária tem como finalidade organizar o fluxo de veículos e pedestres, fornecendo informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados de modo a aumentar a segurança e fluidez do trânsito, ordenando o fluxo de tráfego em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos. Serve para complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação.

Temos como objetivo da contratação o atendimento ao Termo de Convenio nº. 135/2022, firmado entre o município de Congonhinhas e o Detran/Pr, visando o atendimento para o planejamento e a operacionalização da Sinalização Viária Urbana horizontal, vertical e Semafórica.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.1. Trata-se de serviços comuns de engenharia, Lei nº 8.666/93 artigo 24, inciso I.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Estas especificações técnicas apresentam os procedimentos, critérios e padrões a serem adotados para elaboração dos Projetos de Sinalização Viária Urbana a serem entregues para aprovação do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN PR.

5. As especificações para os projetos:

5.1 - Diretrizes de Ordem Técnica:

5.1.1. Para a elaboração dos Projetos Executivos de Sinalização Viária Urbana, deverão ser seguidos todos os procedimentos de elaboração dos diagnósticos, atualização de base viária, inventário e critérios estabelecidos para o projeto, observando ainda todas as diretrizes para apresentação descritas neste Termo de Referência, constando o mínimo de todos os itens exigidos, dentre as plantas de projeto, especificações técnicas, planilhas e orçamentos.

5.1.2. Para a elaboração dos projetos deverá ser realizada preliminarmente a atualização da base viária de acordo com as diretrizes estabelecidas, utilizando das precisões exigidas para a locação e execução dos elementos de sinalização, considerando a plataforma correta da pista e da faixa de serviço dos passeios públicos.

5.1.3. A elaboração dos projetos deve levar em consideração a restituição de todos os elementos de sinalização existentes, seja horizontal, vertical e semafórico, apresentando os elementos a serem removidos, mantidos e implantados.

5.1.4. Todos os elementos de projeto, assim como os inventários existentes, as bases cartográficas utilizadas ou restituídas, deverão ser entregues em formato digital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

5.1.5. A necessidade de restituições para atualização das bases viárias em cada localidade é de responsabilidade da CONTRATADA, assim como os custos e prazos gerados em decorrência dos levantamentos e desenhos técnicos.

5.1.6. Para as propostas de sinalização que envolvam a modificação da circulação viária local, deverão ser indicados nos projetos as condições existentes no trânsito, antes e depois da proposta, bem como o motivo das alterações, para os seguintes casos:

- Definições e modificações de vias preferenciais, trecho a trecho;
- Definições e modificações de vias com sentido único de trânsito, trecho a trecho;
- Definições e modificações de vias com estacionamento proibido, trecho a trecho;
- Definições e modificações de vias com horário de carga e descarga, trecho a trecho;
- Definições e modificações de vias para rota de caminhões, trecho a trecho, se houver;
- Definições e modificações de trajeto do transporte coletivo urbano e interurbano, trecho a trecho, se houver.

5.1.7. As definições das modificações de circulação viária local deverão ser apresentadas em planta gráfica, em tamanho e escala necessários para visualização trecho a trecho, através de simbologia e legenda apropriados para a correta interpretação dos projetos.

5.1.8. Os dispositivos redutores de velocidade conhecidos como "lombadas" ou "ondulações transversais" devem obedecer ao contido na Resolução do CONTRAN nº 600/2016. Dessa forma deverão ser indicadas e sinalizadas nas pranchas, todas as lombadas existentes na área de abrangência dos projetos. Para aquelas que estejam em desacordo com a referida resolução, deverá ser colocada uma legenda específica nas pranchas, indicando tal irregularidade, além disso, nenhuma sinalização deve ser prevista nestes dispositivos.

5.1.9. A sinalização de trânsito a ser prevista nos projetos deverá atender à área urbanizada da cidade, somente para vias abertas à circulação pública, constando das condições da pavimentação e dos passeios públicos.

5.1.10. A elaboração do inventário da sinalização existente deve ser realizada por meio da coleta, identificação, cadastramento e armazenamento das informações, abrangendo a sinalização horizontal, sinalização vertical, redutores de velocidade, bem como os demais elementos de sinalização, semafórica, tachas e tachões. O inventário será constituído de memorial por gravações em vídeo, contendo toda a sinalização existente nas vias que receberão nova sinalização, de modo que se possa identificar as condições de conservação e funcionalidade.

5.1.11. A empresa CONTRATADA para elaboração dos Projetos Executivos de Sinalização Viária Urbana deverá apresentar a Declaração de Vistoria, comprovando que por intermédio de seu responsável técnico, vistoriou previamente o local do objeto, conforme Modelo de Declaração de Vistoria, assinada pelo Prefeito Municipal ou Secretário Municipal da cidade objeto do Projeto em questão.

6. Serviços a serem elaborados:

6.1. Para início dos trabalhos a CONTRATADA deverá realizar uma reunião inicial com o Prefeito Municipal e/ou secretários responsáveis pelo trânsito, para coletar as informações necessárias ao desenvolvimento do Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

6.2. Todas as informações coletadas devem ser registradas em atas com as assinaturas dos envolvidos e deverão compor o caderno de projeto com o objetivo de registrar o atendimento das solicitações.

6.3. A CONTRATADA deverá manter o contato com os responsáveis do município, a fim de sanar dúvidas e elaborar as soluções de acordo com os objetivos locais, bem como solicitar as assinaturas que deverão constar nas plantas do projeto.

7. Atualização da Base Viária

7.1. Para o desenvolvimento dos Projetos Executivos de Sinalização Viária Urbana a CONTRATADA deverá realizar a atualização da base viária local, constando de medidas fidedignas à realidade para composição adequada dos dimensionamentos e das quantidades de projeto.

7.2. O conjunto entregue para atualização de base viária também será utilizado como critério de fiscalização do projeto. Ao se encontrar incongruências entre as características viárias locais e a base entregue, o trabalho poderá ser recusado, exigindo revisão do material.

7.3. Para autenticidade da geometria viária, deverão ser restituídos todos os elementos pertinentes ao sistema viário e à elaboração de projetos de sinalização viária, os quais deverão ser identificados nas plantas, constando minimamente dos seguintes itens:

- a. Plataforma viária (caixa da via e área sinalizável);
- b. Tipo do pavimento;
- c. Guias rebaixadas, acessos e estacionamentos;
- d. Calçadas e passeios públicos; e. Alinhamento predial;
- f. Canteiros, barreiras e obstáculos;
- g. Passarelas, postes, árvores, mobiliário urbano e outros obstáculos na faixa de serviço das calçadas e passeios públicos;
- h. Sinalização horizontal;
- i. Sinalização vertical;
- j. Dispositivos auxiliares;
- k. Acostamentos, vias marginais, servidões e outros elementos pertinentes ao fluxo de veículos e pedestres (quando houver).

7.4. Todos os elementos restituídos devem apresentar medidas fiéis às existentes e qualidade de desenho adequada para a composição dos projetos. Falhas de desenho, imprecisão de obstáculos, desenhos facetados (sem angulação de linhas entre vértices) serão rejeitados.

7.5. De forma a auxiliar a atualização da base viária, poderão ser utilizadas informações complementares sobre limites administrativos municipais e estaduais, hidrografia, hierarquização do sistema viário, toponímias, e outras bases temáticas diversas, porém estas deverão ser consultadas a partir da cartografia oficial.

8. Inventário da Sinalização Viária Existente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

8.1. Antes da elaboração dos Projetos Executivos de Sinalização Viária Urbana, a CONTRATADA deverá realizar o inventário dos elementos de sinalização do sistema viário presente na área de abrangência do projeto, os quais deverão ser demonstrados em planta e em vídeo, com a indicação de situação (manter/retirar/substituir).

8.2. O registro realizado por vídeo consiste em uma filmagem em cada sentido de circulação da via de modo que permita mostrar todo inventário da sinalização existente e também as características do pavimento.

8.3. Deverá constar no inventário:

8.3.1. Sinalização horizontal - contemplando todas as demarcações funcionais no pavimento, incluindo dispositivos como tachas e tachões. Os locais que necessitem remoção de sinalização horizontal existente deverão ser indicados em planta, inclusive com a quantificação do material ou serviço para remoção.

8.3.2 Sinalização vertical - compreendendo todos os sinais apostos sobre placas, ao lado ou suspensas sobre a via, incluindo o tipo de suporte utilizado, constando minimamente o desenho em planta.

9. Critérios estabelecidos para o projeto

9.1. Para que o Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana cumpra com a finalidade de organizar o tráfego de veículos e criar condições adequadas de segurança, a determinação das soluções deverá ser baseada em levantamentos de campo e coleta de informações, assim será solicitado que a CONTRATADA obedeça a seguinte ordem de trabalho:

- a. Realização do diagnóstico do local;
- b. Atualização da base viária;
- c. Inventário dos elementos de sinalização do sistema viário e,
- d. Elaboração do Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana.

9.2. A proposição dos elementos de sinalização viária e dos dispositivos de segurança deverão seguir a legislação vigente, instituída pelo CTB, resoluções do CONTRAN e normas da ABNT.

9.3. As proposições de todas as soluções deverão respeitar a geometria viária restituída e atualizada, considerando as características geométricas (plataforma da via, acessos, estacionamentos, obstáculos etc. e as características do revestimento das vias, podendo interferir no posicionamento da sinalização vertical ou na indicação de material apropriado para sinalização horizontal.

9.4. Os seguintes elementos deverão compor o Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana:

- a. Projeto de Sinalização Horizontal;
- b. Projeto de Sinalização Vertical;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

9.5. A apresentação de todos os elementos que compõem o Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana, deverão estar de acordo com as diretrizes de apresentação.

9.6. Projeto de Sinalização Horizontal

9.6.1. A proposição de sinalização horizontal deverá contemplar vias pavimentadas com revestimento asfáltico ou de concreto e que apresentem boas condições de conservação, devendo ser especificados todos os materiais adotados em cada demarcação.

9.6.2. Vias com pavimentos rígidos e/ou blocos de concreto (bloqret, paver etc.) deverão ser especificados com materiais que possuam eficiência comprovada neste tipo de pavimento, bem como aplicação de contraste, caso necessário;

9.6.3. Vias em paralelepípedos (granítico/basáltico) ou sem pavimentação (saibro/leito natural) deverão ser apresentados quando fizerem parte da área de abrangência, porém não deverão constar nas proposições de sinalização horizontal ou dispositivos que necessitem de fixação sobre os pavimentos (tais como tachas, tachões, calotas etc.).

9.6.4. O dimensionamento da sinalização horizontal compreende todo o sistema de sinalização viária composta das marcas, símbolos e legendas sobre o pavimento das vias, subdividida em cinco gêneros, descritos abaixo, devendo ser classificado pela codificação prevista no CONTRAN:

- Marcas Longitudinais;
- Marcas Transversais;
- Marcas de Canalização;
- Marcas de Delimitação e Controle de Estacionamento e/ou Parada;
- Inscrições no pavimento.

9.6.5. As marcas longitudinais que não forem do tipo "contínua", devem ter como atributo a cadência adotada.

9.6.6. Nas situações em que houver necessidade da remoção de marcas existentes para compatibilização com a sinalização proposta, deverá ficar indicada tal necessidade nas pranchas de projeto, e contabilizado o valor da remoção nas planilhas de quantidades. Para a finalidade de remoção da sinalização existente, deve ser utilizado preferencialmente a remoção por microfresagem, podendo também ser admitida a aplicação de tinta preta em casos pontuais, que deve ser indicada pelas especificações de materiais da sinalização horizontal.

9.6.7. A proposição da sinalização horizontal deverá obedecer às normas do CONTRAN, no que diz respeito ao Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro:

- RESOLUÇÃO nº 236/2007: Volume IV - Sinalização Horizontal do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- RESOLUÇÃO nº 302/2008: Define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamentos específicos de veículos;
- RESOLUÇÃO nº 303/2008: Dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- RESOLUÇÃO nº 304/2008: Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção;

- RESOLUÇÃO nº 600/2016: Estabelece padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via;

- RESOLUÇÃO nº 738/2018: Estabelece os padrões e critérios para a instalação de travessia elevada para pedestres em vias públicas.

9.6.8. Deverão ser indicadas e sinalizadas todas as lombadas (ondulações transversais) e travessias elevadas existentes na área de abrangência dos projetos, e que estejam regulares de acordo com as resoluções vigentes. Aquelas que estejam irregulares, deverão receber indicação específica no projeto, apontando a responsabilidade dos municípios para as devidas adequações ou retirada.

9.7. Projeto de Sinalização Vertical

9.7.1. Para proposições de sinalização vertical, deverão ser apresentados em plantas, os posicionamentos de cada elemento (suporte e sinal), juntamente com a restituição do alinhamento predial ou passeio público que indique a implantação correta dos sinais na faixa de serviço, sem que haja problemas de acessibilidade para pedestres e outros transportes.

9.7.2. A proposição da sinalização vertical deve contemplar os sinais de regulamentação, advertência e indicativa, incluindo a necessidade de placas que contenham informações complementares. Todas as placas propostas devem ser representadas na planta gráfica, com figura igual ao sinal a ser implantado, inclusive constando das informações complementares, legíveis, quando houver. As especificações, diagramações, cotas, pictogramas e fontes dos sinais deverão ser entregues em material complementar, em conjunto com as plantas de projeto.

9.7.3. Deverá ser apresentada na planta gráfica do projeto toda a sinalização vertical proposta e toda a sinalização vertical existente. Esta sinalização deverá ser representada através de figuras que constituem a informação real da placa, seja proposta ou existente. Para auxiliar a identificação desta sinalização e a localização na apresentação dos detalhamentos, deverá ser indicada juntamente com a figura um código baseado na nomenclatura padrão de sinalização vertical do CONTRAN.

9.7.4. A sinalização existente deverá ser representada, conforme consta no Manual de Projetos de Sinalização Viária Urbana do DETRAN PR, diferente da sinalização proposta a ser implantada. Esta representação deverá indicar a necessidade de remoção ou manutenção do elemento de sinalização, sendo possível a classificação do suporte independente do substrato (placa). A sinalização existente, poderá ser mantida ou complementada pela sinalização proposta quando estiver em plenas condições de uso e de acordo com a legislação.

9.7.5. A proposição da sinalização vertical deverá obedecer às normas do CONTRAN, no que diz respeito ao Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro:

- RESOLUÇÃO nº 180/2007: Volume I

- Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;

- RESOLUÇÃO nº 243/2007: Volume II, Sinalização Vertical de Advertência, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- RESOLUÇÃO nº 486/2014: Volume III, Sinalização Vertical de Indicação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- RESOLUÇÃO nº 302/2008: Define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamentos específicos de veículos;
- RESOLUÇÃO nº 303/2008: Dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas;
- RESOLUÇÃO nº 304/2008: Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção;
- RESOLUÇÃO nº 600/2016: Estabelece padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via;
- RESOLUÇÃO nº 738/2018: Estabelece os padrões e critérios para a instalação de travessia elevada para pedestres em vias públicas.

9.7.6. Deverão ser aplicadas diretrizes de elaboração de projeto de orientação e destino para sinalização indicativa, educativa, turística e serviços auxiliares em perímetros urbanos conforme Manual de Sinalização Vertical Indicativa (CONTRAN).

9.7.7. Deverão ser observados os espaços disponíveis para implantação das placas de solo e dos suportes aéreos, de forma a não prejudicar a circulação de pedestres nos passeios, seguindo as diretrizes de posicionamento nas vias urbanas definidas no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - CONTRAN.

9.7.8. As diagramações dos elementos das placas indicativas deverão obedecer às regras de espaçamentos e dimensionamento das fontes e pictogramas de acordo com a velocidade regulamentada para vias urbanas. Os pictogramas devem seguir rigidamente a função para a qual ele foi desenvolvido, não sendo aceita a utilização de pictogramas e desenhos não especificados pelas normas ou no aproveitamento de pictogramas para outras funções.

10. Apresentação do Material

10.1. O Projeto de Sinalização Viária Urbana deverá ser entregue em via digital à SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO, constituindo-se de um caderno com todos os elementos de projeto, quantitativos, detalhamentos e orçamentos, conforme itens a seguir.

10.2. Dimensionamento de Projeto

10.2.1. Apresentação descritiva da localidade, região e área de abrangência do projeto de sinalização, citando as características geográficas e acompanhado de mapa de localização, em escala mínima de 1:2.500.000;

10.2.2. Planta do Quadro Geral da área de abrangência, em escala mínima de 1:5.000, contendo esquema básico da sinalização proposta, enquadramento das plantas e quantitativo geral;

10.2.3. Plantas de cada Quadro, em escala mínima de 1:500 e máxima de 1:1.000, apresentado em prancha de tamanho A3 ou maior, até o limite da A0, contendo a representação e a indicação dos seguintes elementos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- Desenho geométrico das vias e da plataforma viária, constando da representação dos tipos de pavimentos;
- Nomenclatura das vias (logradouros);
- Representação das ondulações transversais (lombada);
- Representação dos guias rebaixadas, acessos e estacionamentos;
- Representação das calçadas, passeios públicos e alinhamento predial (a fim de demonstrar o posicionamento da sinalização na faixa adequada, garantido a mobilidade dos passeios);
- Representação de passarelas, barreiras e obstáculos, se houver;
- Representação gráfica da sinalização horizontal, indicando as configurações utilizadas e inscrições no pavimento de forma legível, fiéis aos desenhos e medidas que deverão ser executadas;
- Representação gráfica da sinalização vertical, indicando o posicionamento de instalação de cada suporte e apresentação legível de pictogramas em cada sinal, no sentido correto a ser implantado e visualizado pelo condutor;
- Representação gráfica dos dispositivos de sinalização semafórica;
- Representação gráfica dos dispositivos de condução ótica;
- Quantitativo correspondente às vias apresentadas no respectivo quadro.

10.2.4. Os elementos de sinalização vertical e horizontal deverão constar de código da marca (conforme especificação do CONTRAN) em que o mesmo deverá se repetir na apresentação das especificações técnicas e das quantidades, facilitando a leitura do projeto.

10.2.5. A representação da geometria viária, calçadas, passeios, alinhamentos prediais deverão ser feitos em cores neutras, e hachurados em cores que não prejudiquem a leitura dos elementos de sinalização do projeto, adotando os seguintes critérios:

- A sinalização horizontal projetada deverá ser fiel as cores de implantação, sobre o pavimento hachurado, conforme o Manual Técnico de Projetos de Sinalização Viária Urbana do DETRAN PR;

- A sinalização vertical projetada deverá demonstrar pictograma legível, nas cores fiéis às do sinal a ser implantado. Os suportes, linhas de chamada e texto (código) serão indicados pela seguinte padronização:

Cor Azul -- Para sinalização existente;

Cor Verde -- Para sinalização a implantar;

Cor Vermelha -- Para sinalização a retirar;

Cor Magenta -- Para sinalização a substituir (manutenção de suporte e substituição de placa)

10.3. Detalhamentos e Especificações Técnicas da Sinalização Proposta

10.3.1. Deverão ser entregues todos os detalhamentos necessários para a fabricação, montagem e implantação dos elementos de sinalização projetados, constando minimamente dos seguintes itens:

a. Detalhamento da Sinalização Vertical, constando de:

(43) 3554-1212 • obras@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- Texto descritivo e representação gráfica do substrato (material/espessura/ pintura etc.);
- Tipo de película refletiva (uso/fundo/orla/símbolo);
- Suportes (constando das dimensões dos elementos em desenho técnico cotado);
- Vista frontal e posterior das placas;
- Diagramação dos sinais, com espaçamentos, fontes e pictogramas devidamente cotados;
- Codificação dos sinais para correlação com o projeto em planta;
- Quadro com as características técnicas contendo o tipo de material, fixação coluna-terreno, fixação coluna-braço, fixação chapa-braço, altura livre.

b. Detalhamento da Sinalização Horizontal, constando de:

- Planta de detalhamento geral (faixas de travessia de pedestre/balizamentos/aproximações etc.) em escala mínima de 1:150, com cotas e especificações;
- Detalhamento dos gabaritos (setas/legendas/lombadas) em escala mínima de 1:50, cotando letras e espaçamentos;
- Detalhamento dos dispositivos auxiliares de sinalização com plantas, vistas, cotas, elemento refletivo e fixação;
- Codificação dos elementos para correlação com o projeto gráfico em planta.

c. Detalhamento dos Dispositivos de Sinalização Semafórica, constando de:

- Planta de detalhamento geral de implantação, em escala mínima de 1/150, com cotas e especificações;
- Suportes e dispositivos propostos (constando das dimensões dos elementos em desenho técnico cotado);
- Quadro com as características técnicas contendo o tipo de dispositivo, fixação coluna-terreno, fixação coluna-braço, fixação chapa-braço, altura livre.

d. Detalhamento dos Dispositivos de Condução Ótica, constando de:

- Planta de detalhamento geral em escala mínima de 1:150, com cotas e especificações;
- Detalhamento das características técnicas constando do tipo de material, dimensão, peso, cor do corpo, cor do refletivo, pino de fixação, resistência à compressão e dimensão do elemento refletivo).

10.4. Quantitativos da Sinalização Proposta

10.4.1. Além dos quantitativos indicados nas pranchas, deverão ser entregues quantitativos detalhados constando das seguintes planilhas:

a. Planilha dos elementos da sinalização horizontal:

- A planilha deverá contemplar a imagem representativa da marca ou inscrição (pictograma), código, logradouro, descrição do material (tinta) bem como sua dimensão e quantidade em m² do material, localização do elemento com coordenadas geográficas e localização na prancha de projeto em que se encontra.

b. Planilha dos elementos da sinalização vertical:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- A planilha deverá contemplar a imagem representativa da placa (pictograma), código da placa, logradouro, descrição da película, tipo do substrato, área do substrato (m^2), tipo do suporte, dimensão do suporte, quantidade de suportes por placa, localização do elemento com coordenadas geográficas e localização na prancha de projeto em que se encontra.

c. Planilha dos dispositivos da sinalização semafórica:

- A planilha deverá contemplar os a descrição do modelo, características, logradouro ou cruzamento, localização na prancha, coordenadas geográficas da localização de cada elemento.

d. Planilha das tachas e tachões:

- A planilha deverá contemplar a descrição do modelo utilizado, cor do corpo, cor dos refletivos, figura ilustrativa, localização inicial/final, local de implantação na via (bordo direito/esquerdo e eixo), cadência e quantidade de cada modelo, localização na prancha, coordenadas geográficas da localização do elemento.

e. Planilha dos suportes aéreos:

- A planilha deverá contemplar o tipo da estrutura, vão horizontal, altura livre e existência de defensas, localização na prancha e coordenadas geográficas de cada elemento

10.5. ORÇAMENTOS EXECUTIVOS

10.5.1. Os orçamentos executivos deverão obedecer prioritariamente à planilha de custos referencial elaborada pelo DETRAN/PR. Em caso de inexistência do material necessário, poderão ser utilizadas as seguintes tabelas, adotando a que indicar o menor custo, ou em última instância fazer a composição necessária, sempre indicando as devidas referências.

10.5.2. Deverá ser entregue uma planilha constando da estimativa orçamentária para a completa execução da obra, informado os valores para cada um dos itens de sinalização horizontal, sinalização vertical e condução ótica.

10.5.3. Deverá ser apresentada uma planilha de orçamento geral, constando do valor global para a execução da obra para o Município, no VALO MAXIMO DE R\$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS);

10.6. DOCUMENTAÇÕES

10.6.1. Deverá ser entregue ao MUNICIPIO DE CONGONHINHAS, junto a Secretaria de Obras e Viação uma via da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT (CAU) conforme objeto do contrato;

10.6.2. Uma via da ART/RRT de elaboração de Projeto de Sinalização Viária Urbana, assinado pelo contratante e profissional contratado, deverá seguir em cópia em todos os projetos.

10.6.3. Apresentar ao MUNICIPIO DE CONGONHINHAS a Certidão de Acervo Técnico – C.A.T. de Projetos de Executivos de Sinalização Viária Urbana ou Projetos de Engenharia relacionados à Engenharia de Trânsito/Tráfego, do profissional contratado.

10.7. CONDIÇÕES GERAIS

10.7.1. Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana deverá ser elaborado e entregue um conjunto completo do material solicitado a Secretaria de Obras e Viação.

EXAMINATION OF THE RECORDS OF THE DEPARTMENT OF THE ARMY



1948

The following is a list of the records of the Department of the Army which have been examined and found to be correct and complete.

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:

The records of the Department of the Army are maintained in the following manner:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

10.7.2. A entrega da versão final só deverá ocorrer após a aprovação de todas as versões de avaliação, por parte da equipe do DETRAN/PR e dos responsáveis no âmbito municipal.

10.7.3. As versões preliminares, destinadas para avaliação dos responsáveis na Prefeitura do Município e para a equipe do DETRAN/PR deverão ser em versões digitais, completas, e constando de todos os itens necessários.

10.7.4. O DETRAN/PR não fará avaliação de materiais parciais ou incompletos, sendo obrigatório a entrega do material completo para avaliação e conclusão. Os projetos com itens mínimos faltantes não serão considerados como entregues.

10.7.5. A versão final aprovada deverá ser entregue ao MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS por meio digital constando da assinatura dos responsáveis técnicos da CONTRATADA e do Prefeito Municipal. O projeto somente será considerado finalizado mediante Termo de Conclusão do Projeto, realizando a checagem dos itens mínimos.

10.7.7. Todas as plantas gráficas deverão seguir as normas brasileiras para desenho técnico:

- ABNT NBR 8.196/1999 – Desenho Técnico: Emprego de Escalas;
- ABNT NBR 8.402/1994 – Execução de Caractere para Escrita em Desenho Técnico;
- ABNT NBR 8.403/1984 – Aplicação de Linhas em Desenho, Tipos de Linhas e Largura de Linhas;
- ABNT NBR 10.068/1987 – Folha de Desenho, Layout e Dimensões;
- ABNT NBR 10.126/1987 – Contagem em Desenho Técnico;
- ABNT NBR 10.582/1988 – Apresentação da Folha para Desenho Técnico;
- ABNT NBR 13.142/1999 – Desenho Técnico: Dobramento de Cópias;

11. PRAZOS

11.1. Os serviços serão solicitados através de Ordem de Serviço, a qual será emitida após a reunião inicial do projeto.

11.2. O prazo para entrega dos Projetos Executivos de Sinalização Viária Urbana é de 60 (SESSENTA) dias após a emissão de Ordem de Serviço.

11.3. Os projetos serão aprovados pela Divisão de Sinalização da COENG do DETRAN/PR.

11.4. Em caso de não aprovação, a empresa terá 10 (DEZ) dias para as correções, após comunicação do DETRAN/PR. E no caso de haver necessidade de novas correções, o prazo para retorno do projeto com os apontamentos atendidos será de 48 horas;

12. VISTORIA

12.1. A vistoria tem por finalidade o conhecimento das condições locais onde será prestado o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias à correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos que julgarem necessários referentes à visita.

13. ACOMPANHAMENTO DE OBRA

(43) 3554-1212 • obras@congonhinhas.pr.gov.br
Avenida Doutor David Xavier da Silva, 265 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

13.1. Após a entrega dos projetos executivos e aprovados, a CONTRATADA deverá se dispor para eventuais acompanhamentos de obras, com o objetivo de mitigar falhas do projeto que possam contribuir no cronograma executivo bem como dar celeridade em eventuais alterações fornecendo informações que irão contribuir para a fiscalização da execução dos serviços.

13.2. O prazo solicitado para que a equipe da CONTRATADA permaneça em contato com o DETRAN/PR para o atendimento do acompanhamento de obras é de um ano, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, conforme necessidade do CONTRATANTE.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

14.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

14.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

14.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

14.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

14.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

14.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

15.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

15.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

15.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

15.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

REPÚBLICA DE COLOMBIA

SECRETARÍA DE SALUD PÚBLICA



El presente documento tiene por objeto informar a la comunidad sobre los resultados de la encuesta de salud pública realizada en el año 1975. Los datos obtenidos muestran que la mayoría de la población tiene acceso a servicios de salud básicos, aunque persisten algunas deficiencias en la cobertura y calidad de la atención. Se recomienda fortalecer los programas de promoción de la salud y mejorar la infraestructura de los centros de salud para garantizar un mejor nivel de atención a la población.

En consecuencia, se han establecido medidas para mejorar la atención médica y la prevención de enfermedades. Estas medidas incluyen la capacitación de personal de salud, la adquisición de equipos médicos y la implementación de programas de vacunación masiva. Se espera que estas acciones contribuyan a reducir la morbilidad y mortalidad en la población.

Adicionalmente, se han iniciado campañas de educación sanitaria para concienciar a la población sobre la importancia de mantener hábitos saludables y acudir a los servicios de salud cuando sea necesario. Estas campañas se realizarán en colaboración con las comunidades locales y los medios de comunicación.

Finalmente, se ha establecido un mecanismo de seguimiento y evaluación para medir el impacto de las intervenciones y realizar ajustes necesarios. Se compromete al gobierno a continuar trabajando por el bienestar de la población y a garantizar el acceso equitativo a servicios de salud de calidad.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

15.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

15.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

15.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

15.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

15.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

15.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

15.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica designada a Sra Lucinei Vernier de Macedo como representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, o qual anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

18.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.6. O representante da Contratante irá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

18.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

18.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

18.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

18.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

18.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

18.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

19.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

19.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

19.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

19.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

19.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza e ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

19.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

20.4.1. o prazo de validade;

20.4.2. a data da emissão;

20.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

20.4.4. o período de prestação dos serviços;

20.4.5. o valor a pagar; e

20.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

20.6.1. não produziu os resultados acordados;

20.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

20.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

MEMORANDUM FOR THE CHIEF OF BUREAU

DATE: 10/10/54



1. The purpose of this memorandum is to inform you of the results of the recent survey conducted by the Bureau of the Office of the Chief of Bureau.

2. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

3. The results of the survey are as follows:

4. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

5. The results of the survey are as follows:

6. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

7. The results of the survey are as follows:

8. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

9. The results of the survey are as follows:

10. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

11. The results of the survey are as follows:

12. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

13. The results of the survey are as follows:

14. The survey was conducted in accordance with the plan approved by the Bureau on 9/15/54.

15. The results of the survey are as follows:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

20.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente:

20.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo: e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

Obs.: Poderão ser incluídas ou retiradas da tabela de infrações as condutas que forem julgadas necessárias ou inadequadas ao objeto contratual.

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

(43) 3554-1212 • obras@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. 05 Secretaria Municipal de Obras e Viação

05.001- Secretaria Municipal de Obras e Viação/Gabinete de Obras e Viação

2.025 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Viação

179- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Município de Congonhinhas, 24 de Janeiro de 2023.

PAULO SERGIO DA
SILVA:05527483901

Assinado de forma digital por
PAULO SERGIO DA
SILVA:05527483901
Dados: 2023.01.24 13:42:20 -03'00'

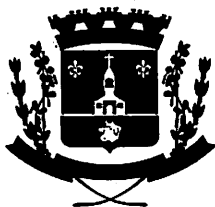
Paulo Sérgio da Silva

Secretaria Municipal de Obras e Viação

(43) 3554-1212 • obras@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

ATESTADO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO LIMITES LEGAIS

PROCESSO: Solicitação de Compra 14/2023

DATA: 24/01/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: a identificar

REQUERENTE: Secretaria de Administração

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso I

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia – Projetos de Sinalização

VALOR SOLICITADO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

NATUREZA DE DESPESA:

4	4	90	51	80	00	ESTUDOS E PRO- JETOS	A	Registrar o valor das apropriações das despesas com a realização de pesquisas, levantamentos estatísticos, elaboração de projetos, estudos de Viabilidade etc, com o fim de avaliar a necessidade de uma obra.
---	---	----	----	----	----	-------------------------	---	--

Atestamos para os fins legais que, até a presente data, em consulta ao sistema de informática municipal, portal da transparência e demais órgãos internos, a **EXISTÊNCIA** de saldo orçamentário, de acordo com a base legal citada acima, sua classificação de natureza de despesa para realização de futura contratação, conforme anexo e objeto acima citado.

Congonhinhas, 24 de janeiro de 2023

Registrar o valor das apropriações das despesas com a realização de pesquisas, levantamentos estatísticos, elaboração de projetos, estudos de Viabilidade etc., com o fim de avaliar a necessidade de uma obra.

Registrar o valor das despesas com serviços prestados por empresas especializadas nas seguintes áreas, tais como: advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística e outras.

**CARLOS ROBERTO MORAES
HACKMANN:02824910909**

Assinado de forma digital por CARLOS
ROBERTO MORAES HACKMANN:02824910909
Dados: 2023.01.25 09:17:25 -03'00'

CARLOS HACKMANN
Assessor de Planejamento

OBSERVAÇÃO: Segue abaixo relação de empenhos emitidos com a mesma categoria econômica e modalidade de licitação pretendida em questão. O Relatório demonstra que até a presente data **NÃO HÁ** despesas equivalentes que possam ultrapassar o limite legal, conforme base citada acima.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO N.º 11/2023

065

EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO: Processo 011/2023 – Prefeitura Municipal

ASSUNTO: Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR.

CERTIFICAMOS para os devidos fins, que a *dotação 179 – 3.3.90.30 Material de Consumo* mencionadas no processo supracitado, encontram-se devidamente compatíveis com o orçamento geral do município, para o exercício de 2023.

Ainda nessa toada, certificamos que os saldos existentes na data desta declaração, são **SUFICIENTES** para a continuidade deste processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS				R\$ 13.500,00	
EXERCÍCIO *	DESPESA *	DISTRIBUIÇÃO (R\$) (1)	VALOR ESTIMADO (R\$) *	SALDO DA DESPESA (R\$) *	
2023	Desp. 179 Manutenção da Secretaria Municipal de	13.500,00	13.500,00	13.500,00	
Total				R\$ 13.500,00	

Lei 4.320/64

Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e **anualidade**.

Art. 90 A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as **dotações disponíveis**.

ALERTAMOS que a execução deste contrato deverá ser realizada, somente após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Congonhinhas – PR, 26 de janeiro de 2023.


ELIZIANE DIONÍSIO
CONTADORIA MUNICIPAL
CRC – PR 077132



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, informamos que para a contratação pleiteada, foi instaurado o **Processo sob nº 011/2023**, cujo procedimento se dará através de **Dispensa de Licitação sob nº 004/2023**, em razão do valor, nos termos do Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, e será processada nos moldes tradicionais.

Justificativa da não utilização do Sistema de Cotação Eletrônica:

-O Sistema de Cotação Eletrônica do Comprasnet só está disponível para "aquisição" de materiais de pequeno valor.

Em: 25 de janeiro de 2023.

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Chefe do Setor de Licitação



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

PROCESSO Nº 011/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Conforme consta no Processo em pauta, para a solicitação pretendida pela Secretaria Municipal de Obras e Viação que objetiva a contratação de empresa de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, foram realizadas 03 (três) cotações de preços com empresas pertinentes ao ramo, Empresa **MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.570.293/0001-17, sediada na Rua Joaquim Mendes Sobrinho, nº 30, Vila Progresso, na cidade de Maringá-PR, apresentou o menor preço para a prestação dos serviços, no valor, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Quanto aos requisitos da contratação, a proponente acima qualificada apresentou a documentação de acordo com o preconizado no art. 27, da Lei nº 8.666, de 1993.

Desta forma, submetemos o processo em pauta à Assessoria Jurídica para que se manifeste sobre a legalidade do ato, para a contratação do objeto, com Dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Congonhinhas, 25 de janeiro de 2023

Franciele Aparecida da Cruz (Presidente)

Jane Moreira Campos (Membro)

Leonardo Dias Cardoso (Membro)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 002/2023

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, Art. 3º, Inciso IV, § 1º, da Lei nº 10.520, de 21/07/2002, e Art. 16º, Inciso II do Decreto Municipal nº 1508 de 10/02/2009, Art. 5 LX da Lei 14.133/2021 de 01/04/2021 e Decreto 11.246 de 27/10/2022 resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelos servidores abaixo, para exercerem as funções em Licitações e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, Licitações na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídos aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e lances, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e praticar todos os atos que forem necessários com relação aos procedimentos licitatórios nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instaurados pela Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PMC, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2023.

Presidente da CPL, Pregoeiro e Agente de Contratação
Franciele Aparecida da Cruz -RG nº 8.374.174-0-PR e CPF/MF nº 056.854.619-92

Membros da CPL e Equipe de Apoio
Jane Moreira Campos – RG nº 6.578.328-2 e CPF/MF nº 942.805.769-04
Leonardo Dias Cardoso - RG nº 10.475.457-0– SSP/PR e CPF/MF nº 075.850.009-28

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Edifício da Prefeitura do Município de Congonhinhas, em 18 de janeiro de 2023.

**JOSE OLEGARIO
RIBEIRO
LOPES:04209982920**
José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por JOSE OLEGARIO
RIBEIRO LOPES:04209982920
CRL e-43, e-CP-Brasil, autoridade da Receita
Federal do Brasil - RFB, em-078 e-CPF A3, em-CA
BRASIL, em-136403000113, em-PROSECUT, em-PROSECUT, em-PROSECUT
Data: 2023.01.19 08:11:29 -03'00'

**DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA**
Douglas Danillo Barreto da Silva
Assessor Jurídico – Matrícula nº. 1957
OAB/PR nº. 74.746

Assinado de forma digital por DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA
CRL e-43, e-CP-Brasil, em-046 OAB
em-136403000113, em-PROSECUT, em-PROSECUT, em-PROSECUT
Data: 2023.01.19 08:28:42 -03'00'



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS E A EMPRESA

.....

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação, identificada no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT./R\$



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de (....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 5.4.1. o prazo de validade;
- 5.4.2. a data da emissão;
- 5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 5.4.5. o valor a pagar; e
- 5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 5.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \frac{(6 / 100)}{365}} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

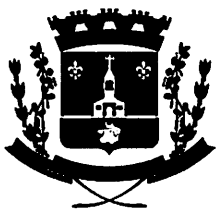
6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, será o de empreitada por preço global.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Contrato e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade nos sítios eletrônicos oficiais, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Contrato.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, nos termos dos arts. 86 e 87 da nº 8.666, de 1993, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.1.2. multa moratória de 1% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.1.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.1.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.1.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

12.1.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2. As sanções previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.5 e 12.1.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. indenizações e multas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

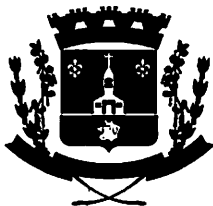
Congonhinhas, de de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
2-

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA****PARECER JURÍDICO**

Número: 16/2023

Consultante: Secretaria de obras e viação

Referência: Dispensa de Licitação 04.2023

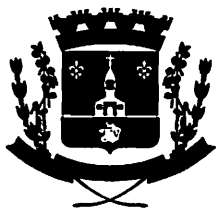
Assunto: Contratação de serviços de engenharia para realização de projetos de sinalização viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do Detran/PR.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, I DA LEI 8.666/93. DECRETO Nº 3.059/2020. SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA. VANTAJOSIDADE. ECONOMICIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

1. DO RELATÓRIO.

Trata-se de solicitação oriunda da Secretaria Municipal de Obras e Viação, que consoante ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666 de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) requesta análise jurídica da legalidade dos atos até o momento executados, bem como a plausibilidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, I da Lei Federal nº 8.666/1993.

A finalidade da contratação, conforme se depreende da leitura da Solicitação de Compra nº 14/2023, visa à contratação de serviços de engenharia para realização de projetos de sinalização viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do Detran/PR.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise dos aspectos jurídicos, portanto, tem o escopo de assistir a Administração Pública no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na aludida licitação.

Eis o relatório.

2. DA DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

Nessa senda, cabe-nos, justamente, apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Salienta-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos da consulta, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições deste órgão de Procuradoria Jurídica.

Sem embargo, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Tecidas essas considerações, salienta-se que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

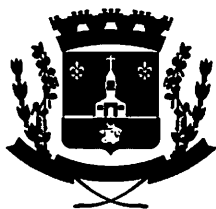
3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Considerando as minutas a serem analisadas sob o aspecto jurídico-formal e o objeto da licitação, considerou-se a **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** o art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e Decreto Municipal 3.059/2020 (cotação eletrônica).

Nota-se que o Processo de Licitação se reveste do princípio da obrigatoriedade, consagrado, de início, no art. 37, XXI, da Constituição Federal e reproduzido no art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo qual deve considerar-se obrigatória a realização do certame em quaisquer situações, **ressalvados apenas os casos mencionados na lei.**

Nesse diapasão, em que pese a regra de se exigir da Administração o cumprimento do dever de licitar, há situações que autorizam a formalização de contratações diretas, seja por ausência de competição ou pela morosidade no atendimento do interesse público.

Ainda, ressalta-se que não se pode confundir dispensa de licitação com inexigibilidade de licitação; no primeiro caso, o objeto é licitável, apenas permitindo-se que a Administração, em determinados casos,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

dispense o procedimento licitatório; no segundo, o objeto não é licitável, tendo em vista a ocorrência de casos em que existe inviabilidade material ou jurídica de competição, o que torna a licitação impossível.

Ademais, cumpre destacar que as hipóteses de dispensa de licitação representam exceções à regra constitucional da licitação, o que autoriza o administrador a dispensar, por razões de conveniência e oportunidade e proceder à contratação direta. Em razão dessa excepcionalidade **as hipóteses de dispensa de licitação possuem rol taxativo.**

Tecidas essas considerações iniciais, passa-se a análise do caso em apreço, busca-se à contratação de serviço de engenheiro para elaboração de projeto para liberação do Corpo de Bombeiros p/ os eventos (aniversário da cidade e final de ano) do nosso município.

Outrossim, frisa-se que não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. Desse modo a incumbência do órgão jurídico é sugerir que a justificativa seja o mais integral possível, informando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou quanto a seus quantitativos estimados.

Considerando as informações e documentos encartados aos autos, verifica-se que o respectivo pedido de dispensa de licitação se enquadra nas disposições constantes do art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, que assim prescreve:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;;

Sendo assim, por se tratar de compra direta, o limite para a dispensa de licitação é de até 10% do valor previsto no art. 23, I, "a", da Lei 8.666/93, referente ao valor relativo à modalidade convite para outros serviços e compras, que estipula a quantia de R\$ 330.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), conforme nova redação dada por força do Decreto nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, resultando em **R\$33.000,00 (trinta e três mil reais)**.

Por conseguinte, a partir do valor limite vigente, a dispensa será possível nos casos de compras cujo valor estimado do contrato seja de até R\$ 17.600,00, situação na qual se enquadra o caso em apreço, posto que o valor previsto para a prestação de serviços é inferior, perfazendo **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** e conforme atestado expedido pela Assessoria de Planejamento existe saldo na despesa indicada para ser gasto com a presente dispensa.

Sublinha-se que por exigência legal, as situações em que se verifica a possibilidade de dispensa de licitação são aquelas que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade do ato, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato, apesar de discricionário, devido à sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de fundamentada justificativa.

Nesse sentido é o que estabelece o parágrafo único, do artigo 26, da Lei 8.666/93:

[...] Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, **quando for o caso**;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

III.a – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

Não se aplica;

III.b razão da escolha do fornecedor ou executante/ justificativa do preço;

Em relação à justificativa do preço, ressalta-se que, a contratação direta só será possível se o preço ofertado for compatível com as condições regulares de mercado.

Outrossim, destaca-se que o Município de Congonhinhas dispõe de (DECRETO Nº 3.059/2020) regulamentando a cotação eletrônica de modo a garantir a eficiência, racionalização e agilidade os processos administrativos para a aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública.

Consoante ao art. 1º do aludido decreto:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento da cotação eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, dispensáveis de licitação, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da administração pública municipal, direta e indireta, na seguinte hipótese:

I - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II, do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Nesse sentido, a presente dispensa não foi processada pelo sistema de cotação eletrônica, havendo a justificativa de que o Sistema de Cotação Eletrônica do Comprasnet só está disponível para “aquisição” de materiais de pequeno valor.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Destarte, em relação à cotação de preços é recomendada que seja ampla e idônea com base no valor de mercado sendo essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade.

No que concerne aos critérios de habilitação/regularidade, infere-se que, nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de: Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Conforme disciplina os arts. 27 a 31, da Lei 8.666/93, a regularidade é medida que se impõe ao licitante, a fim de que se comprove sua situação regular, inclusive com o fisco, condição *sine qua non* para que o mesmo seja habilitado no certame, possibilitando assim, contratar com a Administração Pública.

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa

a: I – habilitação jurídica;

II – qualificação técnica;

III – qualificação econômico-financeira;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Consoante à Lei 8.666/93, após a cotação, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, bem como atendimento ao termo de referência.

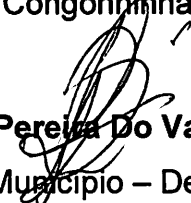
4. DA CONCLUSÃO

À vista do expendido, manifesta-se esta advogada abstendo-se de adentrar nos aspectos técnicos, de conveniência e oportunidade, **favoravelmente à adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, I, da Lei 8.666/93 e consequente contratação.**

Recomenda-se: a nomeação em todos os contratos, por portaria, de fiscal de contrato, consoante preceitua o Art.67 da lei 8.666/1993.

Eis o parecer, à consideração da autoridade competente.

Congonhinhas, 26 de janeiro de 2023.


Raoni Pereira Do Val Oliveira

Advogado do Município – Decreto 3.246/2021

OAB/PR nº. 87.061



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

Referência: Dispensa de Licitação nº. 004/2023

Assunto: Contratação de serviços de engenharia para a realização de projetos de sinalização viária nas vias urbanas da sede do Município de Congonhinhas, conforme Normas Técnicas do DE-TRAN/PR.

Solicitante: Secretaria Municipal de Obras e Viação.

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob no 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas – Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo em vista a existência de dotação orçamentária, havendo Parecer Jurídico favorável à contratação em apreço, bem como restando suficientemente justificadas as razões para a adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, estando o processo formalmente em ordem, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico, determinando-se a lavratura do instrumento contratual.

Encaminhe-se o presente procedimento à Divisão de Licitação para as providências necessárias à contratação.

Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PR

Referência: Dispensa de Licitação nº 002/2023

Assunto: Contratação de serviço de engenharia para elaboração de projeto para liberação do Corpo de Bombeiros para os eventos (aniversário da cidade e final do ano) do nosso Município.

Solicitante: Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - ESTADO DO PARANÁ

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas - Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo em vista a existência de dotação orçamentária, havendo Parecer Jurídico favorável à contratação em apreço, bem como restando suficientemente justificadas as razões para a adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, estando o processo formalmente em ordem, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação, nos termos do **artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico, determinando-se a lavratura do instrumento contratual.

Encaminhe-se o presente procedimento à Divisão de Licitação para as providências necessárias à contratação.

Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023.

José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

Referência: Dispensa de Licitação nº 003/2023

Assunto: Contratação de Engenheiro Civil para prestação de serviços de aprovação de projetos, liberação de habite-se, aprovação de desmembramento de terrenos e vistas técnicas.

Solicitante: Secretaria Municipal de Fazenda

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - ESTADO DO PARANÁ

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas - Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo em vista a existência de dotação orçamentária, havendo Parecer Jurídico favorável à contratação em apreço, bem como restando suficientemente justificadas as razões para a adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, estando o processo formalmente em ordem, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação, nos termos do **artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico, determinando-se a lavratura do instrumento contratual.

Encaminhe-se o presente procedimento à Divisão de Licitação para as providências necessárias à contratação.

Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023.

José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

Referência: Dispensa de Licitação nº 004/2023

Assunto: Contratação de serviços de engenharia para a realização de projetos de sinalização viária nas ruas urbanas da sede do Município de Congonhinhas, conforme Normas Técnicas do DETRAN-PR.

Solicitante: Secretaria Municipal de Obras e Viação.

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - ESTADO DO PARANÁ

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas - Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo em vista a existência de dotação orçamentária, havendo Parecer Jurídico favorável à contratação em apreço, bem como restando suficientemente justificadas as razões para a adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, estando o processo formalmente em ordem, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação, nos termos do **artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico, determinando-se a lavratura do instrumento contratual.

Encaminhe-se o presente procedimento à Divisão de Licitação para as providências necessárias à contratação.

Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023.

José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2023

PROCESSO Nº 007/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2023

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas.

CONTRATADO: BRASILNET TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ LTDA

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de acesso a internet via fibra óptica, com fornecimento de modem/roteador para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seus setores como CRAS e Conselho Tutelar Congonhinhas, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 3.236,40 (três mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

PRazo DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital e de 12 meses, com início na data de 27/01/2023 e encerramento em 27/01/2024, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal.

Referência: Dispensa de Licitação nº 005/2023

Assunto: Contratação de empresa para confecção de projeto topográfico para atendimento ao Convênio Parques Urbanos - IAT, com imagens, nomes científicos e quantitativos de espécies ameaçadas em extinção, demarcação de localidade de vegetações, conforme planilhas e detalhamentos especificados no projeto principal para a construção de parques urbanos.

Solicitante: Assessoria de Planejamento

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - ESTADO DO PARANÁ

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas - Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo em vista a existência de dotação orçamentária, havendo Parecer Jurídico favorável à contratação em apreço, bem como restando suficientemente justificadas as razões para a adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, estando o processo formalmente em ordem, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação, nos termos do **artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico, determinando-se a lavratura do instrumento contratual.

Encaminhe-se o presente procedimento à Divisão de Licitação para as providências necessárias à contratação.

Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023.

José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.523/2023

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, JOSIANE APARECIDA JULIANO, ocupante do cargo efetivo de Professora, a partir de 31 de janeiro de 2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua data.

revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, 26 de janeiro de 2023.

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
Prefeito Municipal

DOUGLAS DINILLO BARRETO DA SILVA
Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023

PROCESSO Nº 003/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas.

CONTRATADO: GAE - CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de formação pedagógica para profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

PRazo DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital e de 60 dias, com início na data de 25/01/2023 e encerramento em 26/03/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

FORO: Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 25 de janeiro de 2023. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AV. GENERAL OSÓRIO, 390 - CADA POSTAL, 88 - CNPJ Nº 03.729.001-36
FONE/FAX (41) 3270-1820 - CEP 86225-000 - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR

PORTARIA-SCP Nº 010/2023

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor JERONIMO EDUARDO MENDES GONÇALVES, ocupante do Cargo de Agente de Administração, Símbolo AgA - 0019V/12, 20 (vinte) dias de férias, no período de 06/02/2023 a 25/02/2023, referente ao período aquisitivo de 02/12/2020 a 01/12/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, aos trinta dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e três.

EDIMAR COVRE - Diretor Presidente do SAMAE

LEIA - ASSINE - ANUNCIE
(43) 3524-1303

ESPAR ESCRITÓRIO PARANÁ

Contabilidade em Geral

Contratos, Impostos de Renda e Previdência
Abertura e Encerramento de Firms

Uma equipe de profissionais a serviço de seu interesse e de sua Empresa.

Av. Minas Gerais, 350 - Cornélio Procopio - PR - Tel: (43) 3524-1177

Prefeitura Municipal de Nova América da Colina - PR

Resolução 01/2023

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DO PAGAMENTO DO 2º SEMESTRE DE 2021. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova América da Colina, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Municipal nº 187/1995 de 18 de dezembro de 1995: Considerando

- Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004.

- A Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 11 de julho de 2005;

- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

- Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do CNAS;

- A deliberação da plenária, Resolve:

Artigo 1º - aprova a prestação de contas incentivo atenção à criança e adolescente do pagamento do 2º semestre de 2021, do município de Nova América da Colina - pr.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário. Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em 31 de janeiro de 2023.

Márcia Cristina Campos Nakashima - CPF: 026.462.249 - 01

Resolução 02/2023

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DO PAGAMENTO DO 2º SEMESTRE DE 2021. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova América da Colina, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Municipal nº 187/1995 de 18 de dezembro de 1995: Considerando

- Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004.

- A Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 11 de julho de 2005;

- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

- Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do CNAS;

- A deliberação da plenária, Resolve:

Artigo 1º - aprova a prestação de contas incentivo atenção à criança e adolescente do pagamento do 2º semestre de 2021, do município de Nova América da Colina - pr.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário. Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em 31 de janeiro de 2023.

Renan Resende de Araújo - Presidente do CMDCA

Resolução 03/2023

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DO PAGAMENTO DO 1º SEMESTRE DE 2021. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova América da Colina, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Municipal nº 187/1995 de 18 de dezembro de 1995: Considerando

- Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004.

- A Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 11 de julho de 2005;

- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

- Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do CNAS;

- A deliberação da plenária, Resolve:

Artigo 1º - aprovar a prestação de contas incentivo atenção à criança e adolescente do pagamento do 1º semestre de 2021, do município de Nova América da Colina - pr.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário. Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em 31 de janeiro de 2023.

Márcia Cristina Campos Nakashima - CPF: 026.462.249 - 01

Resolução 04/2023

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DO PAGAMENTO DO 1º SEMESTRE DE 2021. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova América da Colina, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Municipal nº 187/1995 de 18 de dezembro de 1995: Considerando

- Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004.

- A Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 11 de julho de 2005;

- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

- Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do CNAS;

- A deliberação da plenária, Resolve:

Artigo 1º - aprova a prestação de contas incentivo atenção à criança e adolescente do pagamento do 1º semestre de 2021, do município de Nova América da Colina - pr.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário. Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em 31 de janeiro de 2023.

Renan Resende de Araújo - Presidente do CMDCA

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO****TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 005/2023, QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS E A
EMPRESA MARCHESINI SERVICOS DE
ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.570.293/0001-17, sediado na Rua Joaquim Mendes Sobrinho, em Maringá estado do Paraná doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **Barbara Andrea Marchesini**, portadora da Carteira de Identidade nº 6537025-5, expedida pela SSP/PR, e CPF nº 024.756.419-24, tendo em vista o que consta no Processo nº 011/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 004/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação, identificada no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO / R\$	VALOR TOTAL / R\$
1	Contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas,	Serviços	1	13.500.00	13.500.00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

	conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr.				
--	---	--	--	--	--

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital é de 90 (noventa) dias, com início na data de 27/01/2023 e encerramento em 27/04/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

05 Secretaria Municipal de Obras e Viação

05.001- Secretaria Municipal de Obras e Viação/Gabinete de Obras e Viação

2.025 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Viação

179- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1. o prazo de validade;

5.4.2. a data da emissão;

5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4. o período de prestação dos serviços;

5.4.5. o valor a pagar; e

5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \times \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, será o de empreitada por preço global.

8.2. O prazo de execução dos serviços Edital é de 90 (noventa) dias, com início na data de 27/01/2023 e encerramento em 27/04/2023, na forma que segue:

8.3. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica designada a Sra Lucinei Vernier de Macedo como representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

8.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.6. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.8. O representante da Contratante irá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.10. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

8.11. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

8.12. a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.13. b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

8.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Contrato e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade nos sítios eletrônicos oficiais, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Contrato.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, nos termos dos arts. 86 e 87 da nº 8.666, de 1993, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.1.2. multa moratória de 1% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.1.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.1.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.1.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

12.1.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2. As sanções previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.5 e 12.1.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Congonhinhas, 27 de Janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BARBARA ANDREA

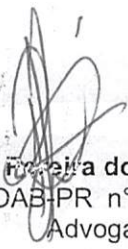
MARCHESINI:0247564192

4

Assinado de forma digital por BARBARA ANDREA
MARCHESINI:02475641924
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, cu=VALID, ou=AR ONLINE SUL,
ou=Videoconferencia, ou=14695517000157, cn=BARBARA
ANDREA MARCHESINI:02475641924
Dados: 2023.01.30 16:46:59 -03'00'

MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

Barbara Andrea Marchesini – Titular

CONTRATADA
Raoni Ferreira do Val Oliveira

OAB-PR nº 87.061

Advogado

Testemunhas:


Ana Célia de Almeida

RG.8.632.464-4-PR

CPF. 053.086.089-97


Jeferson do Nascimento Pena

RG.12.420.313-9-PR

CPF.079.997.029



Prefeitura do Município de Congonhinhas

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2023

PROCESSO Nº 011/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2023

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas.

CONTRATADO: MARCHESINI SERVICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de engenharia para realização de Projetos de Sinalização Viária nas vias urbanas da sede do município de Congonhinhas, conforme normas técnicas do DETRAN/PR, visando a aplicabilidade dos recursos conveniados entre esta municipalidade e o Detran/Pr, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital é de 90 (noventa) dias, com início na data de 27/01/2023 e encerramento em 27/04/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 27 de janeiro de 2023. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes-
Prefeito Municipal.

